

## **APRESENTAÇÃO**

Marco Aurélio Paz Tella  
(NEABI – UFPB)

O racismo é um fenômeno das relações sociais do Brasil. No estado da Paraíba, onde mais de 60% da população é negra, não encontramos essa mesma proporcionalidade nas salas de aula das universidades (entre alunos e entre professores), entre os médicos, os engenheiros, os advogados, os juízes etc. Também não encontramos essa proporcionalidade no acesso à saúde, entre os habitantes dos bairros mais periféricos e degradados das cidades, entre os que ocupam os postos de trabalho com melhor remuneração e mais valorizados e, por fim, quando analisamos os índices de violência, em que o jovem, negro, pobre e paraibano tem quase 20 vezes mais chances de morrer do que um jovem branco de classe média paraibana<sup>1</sup>.

Embora a população negra, formada pelos que se identificam como pretos e pardos, seja a maioria entre os brasileiros, e o Brasil seja o país com a maior população negra fora do continente africano e da importante e extensa contribuição de africanos e seus descendentes para a nossa sociedade, a escola e os livros adotados por elas reduzem e distorcem sua presença na nossa história e cultura. Além desse quadro apresentado, não podemos minimizar outros dois fatores: a formação de professores/as que ainda carecem de capacitação sobre temáticas referentes à população negra brasileira, e da história e cultura africana e afro-brasileira; e a imensa lista de estereótipos e estigmas presentes nos livros, reproduzidos por professores e que passam a fazer parte das relações cotidianas dos alunos, por meio de piadas, apelidos, preconceitos e discriminação, o que contribui para a repetência e a evasão de estudantes negros. A presença de estereótipos e estigmas instiga a desigualdade das relações entre os alunos e não estimula uma visão crítica sobre as piadas, apelidos, etc. Assim, o aluno branco espelha essa relação hierarquizada entre os alunos negros e brancos.

Nesse cenário, a escola desempenha um papel central no combate ao racismo, por meio de conteúdo curricular que supere o eurocentrismo e que seja comprometido com a equidade educacional, com a promoção e o reconhecimento da diversidade cultural, com os ideais de direitos humanos e por uma educação antirracista. Por educação antirracista, nos apoiamos nas características elaboradas por Cavalleiro:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira;
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar;

---

<sup>1</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2011 : os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas;
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as alunos/as;
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira;
6. Busca por materiais que contribuam para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplam a diversidade racial, bem como o estudo de “assuntos negros”;
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial;
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados<sup>2</sup>.

A proposta de elaboração dos Cadernos Afro-paraibanos está em consonância com ações afirmativas, como a *Lei 10.639/2003*, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos sistemas de ensino e com os objetivos do *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana*:

- Promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira;
- Criar e consolidar agendas propositivas junto aos diversos atores do Plano Nacional para disseminar as *Leis 10.639/03* e *11.645/08*, junto a gestores e técnicos, no âmbito federal e nas gestões educacionais de municípios, estados e do Distrito política de Estado (Plano Nacional de Implementação, 2009).

Os Cadernos Afro-paraibanos também contemplam os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História, que incluem temas como as culturas tradicionais dos povos africanos, o colonialismo e o imperialismo na África, a descolonização das nações africanas, os estados nacionais africanos, as experiências socialistas, a segregação racial na África do Sul, as guerras civis na África, as culturas e as nações africanas na atualidade e as africanidades localizadas na Diáspora, como os estudos mais recentes sobre a população negra na Paraíba.

O projeto dos Cadernos Afro-Paraibanos também está em consonância com a resolução 198/2010, do Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba, em que, no seu primeiro artigo regulamenta as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena para o sistema estadual de ensino da Paraíba. No artigo terceiro dessa resolução, diz o “ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena é obrigatório no estado da Paraíba, abrangendo os

---

<sup>2</sup> CAVALLEIRO, Elaine. “Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor”, in CAVALLEIRO, Eliane (orga.). São Paulo, Summus, 2001.

estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, incluindo todas as modalidades de ensino”.

O conteúdo dos Cadernos Afro-Paraibanos contempla o quinto artigo dessa resolução, devendo abranger a “história da África e dos africanos; as lutas dos negros por sua liberdade e melhores condições de vida, contra estigmas, preconceitos, discriminações, racismo; a sua participação, contribuições e valorização na formação e configuração da sociedade brasileira, em seus múltiplos aspectos (sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos)”<sup>3</sup>.

A *Lei 10.639/03* e o Plano Nacional, cujo maior objetivo é o de implementar essa lei, é resultado da luta e da reivindicação dos movimentos sociais negros e de aliados, que defendem uma educação inclusiva. Contudo, ainda não está implantado na rede de ensino. Por isso, é fundamental o desenvolvimento de projetos que visem à produção de materiais didáticos e pedagógicos referentes à matriz cultural africana, com vistas a divulgar conhecimentos produzidos nos espaços acadêmicos e que merecem estar presentes nas salas de aula da educação básica das escolas brasileiras.

Com estas expectativas, produzimos os Cadernos Afro-paraibanos, projeto que faz parte do *Programa de Promoção da Igualdade Racial e Valorização da Matriz Cultural Africana no estado da Paraíba/Nordeste/Brasil/PROAFRO*, contemplado pelo edital do Ministério da Educação, Proext 2012, na Linha Temática 12: Promoção da Igualdade Racial, no Subtema: Educação, em parceria com SEPPPIR. Deve-se destacar que o PROAFRO é uma das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB).

Como projeto do PROAFRO, os Cadernos Afro-paraibanos têm o objetivo de elaborar material didático sobre a história e as culturas africanas e afro-brasileiras, especialmente as afro-paraibanas, e sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, voltado para os últimos anos do Ensino Fundamental – do 6º ao 9º ano. Os outros dois projetos do PROAFRO são: organização de um Banco de Dados sobre estudos científicos realizados acerca da população negra, relações étnico-raciais e temáticas sobre a população negra paraibana; e realização do curso de formação de professores e estudantes.

Os Cadernos Afro-paraibanos se inserem numa proposta de educação antirracista, pela justiça social/racial e pela promoção da igualdade étnico-racial na sociedade brasileira, a partir da discussão sobre a educação escolar. Considera-se que é preciso articular a produção de material didático sobre os conteúdos curriculares previstos pela *Lei 10639/03* e a formação inicial e continuada de docentes, estudantes e ativistas de movimentos sociais. Essa iniciativa, articulada com a criação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, na Universidade Federal da Paraíba, são ações que tem contribuído para o melhoramento das relações étnico-racial paraibanas e brasileiras e, esperamos, da atuação de professores da educação básica e de outros profissionais, uma vez que, em nosso curso de formação, temos contado com a participação de

---

<sup>3</sup> Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental do Estado da Paraíba, resolução nº 198/2010 – regulamenta a educação das relações étnico-raciais no sistema de ensino do Estado.

estudantes de variadas áreas do conhecimento, entre outras, humanas, exatas, biológicas, artes e saúde.

Com a Coleção Cadernos Afro-Paraibanos, pretendemos colaborar para o conhecimento e o autoconhecimento da população negra e, conseqüentemente, para a construção positiva da autoestima e do sentimento de pertencimento desse grupo, o que pode contribuir para a construção de novos discursos e comportamentos mais respeitosos, e também para o fortalecimento da defesa dos direitos humanos no Brasil. Esperamos ainda que a Coleção se constitua um importante material didático para docentes da educação básica e possam subsidiar as temáticas da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme proposto pelo NEABI-UFPB, em consonância com o Plano Nacional da *Lei 10.639/03* (2009, p. 21), qual seja, a “elaboração de material didático para uso em sala de aula, sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, que atendam às legislações educacionais em vigência no Brasil contemporâneo.